



336

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0332379-3

JUÍZO DE ORIGEM: 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL/PE

REQUERENTE: DANILO LACERDA DE ASSIS

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

PROCURADORA: DRA. JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

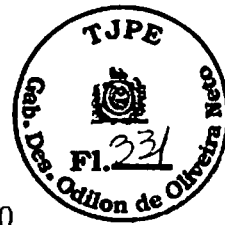
EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA. FASE PROCESSUAL EM QUE O EXAME DAS PROVAS É PERFUNCTÓRIO. A MERA EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA É SUFICIENTE PARA O JUÍZO DE PRONÚNCIA, CABENDO AO JÚRI A COGNIÇÃO EXAURIENTE. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *Recurso em Sentido Estrito* de n.º **0332379-3** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia / / 2014, **por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao recurso**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 16 de Junho de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0332379-3

JUÍZO DE ORIGEM: 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL

REQUERENTE: DANILO LACERDA DE ASSIS

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

PROCURADORA: DRA. JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

RELATÓRIO

Cuida-se de **Recurso em Sentido Estrito** interposto por **DANILO LACERDA DE ASSIS**, em face da decisão do Juízo da 4ª Vara do Tribunal do Júri que o pronunciou em razão do crime capitulado no art. 121, §2º, incisos II e IV, c/c art. 29, do Código Penal, determinando o seu julgamento pelo Tribunal do Júri.

Sustenta o Recorrente em suas razões que não há comprovação da sua participação no crime.

Às fls. 309/311, ofertou o Ministério Público contrarrazões recursais, sustentando que não deve prosperar as asserções da defesa. Pugnou pelo desprovimento do recurso, com a consequente manutenção da sentença de pronúncia.

Em reexame dos autos, às fls. 312/313, o Juízo manteve incólume a decisão atacada.

A Procuradoria, às fls. 324/328, opinou pelo **desprovimento do recurso**.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 23 de maio de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto

Relator



337

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 0332379-3

JUÍZO DE ORIGEM: 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA CAPITAL

REQUERENTE: DANILO LACERDA DE ASSIS

REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

PROCURADORA: DRA. JANEIDE OLIVEIRA DE LIMA

VOTO

Ab initio, cumpre destacar que a sentença de pronúncia tem por objetivo, tão somente, julgar admissível a acusação, remetendo o feito à apreciação do Tribunal do Júri. Ostenta como requisitos prova da existência do crime (materialidade) e indícios da autoria.

Assim, não se exige na pronúncia prova efetiva da autoria, uma vez que se trata de matéria cujo crivo será feito pelo Conselho de Sentença.

Segundo narra a denúncia, no dia 06 de fevereiro de 2007, por volta das 16h, na Rua Britânia, Centro, no Bairro de Jordão Baixo, nesta cidade, os denunciados, **Erivandro Pedro dos Santos e Danilo Lacerda de Assis, juntamente com um terceiro conhecido por "Fala Mansa"**, em comunhão de desígnios e pluralidade de ações, **mediante arma de fogo**, deflagaram disparos que vieram a atingir, **Rogério Ferreira da Silva Filho, o qual, atingido pelos projéteis, veio a ÓBITO**, em decorrência dos ferimentos.

Inferre a peça acusatória que **o crime foi motivado por vingança, já que a vítima estaria abordando a companheira de Erivandro. Além do mais, a própria vítima antes de morrer, apontou o recorrente como um dos autores do crime.**

A materialidade do delito resta sobejamente comprovada por meio do laudo pericial de fls. 44/46.

338



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Já no que tange aos indícios de autoria, verifica-se que estão devidamente amparados nos depoimentos prestados, tanto em sede policial quanto judicial.

Desta forma, há indícios de que o Recorrente tenha participado no delito, cabendo ao Tribunal do Júri, mediante seu livre convencimento, apreciar de modo exauriente as provas e argumentos ora ostentados no recurso.

Vale ressaltar que a competência constitucional para o julgamento do delito em questão é do Júri, razão pela qual a mera prova indiciária da autoria já é suficiente para a pronúncia.

De igual modo, não há qualquer nulidade da decisão de pronúncia que se funda em provas colhidas no inquérito, já que nesta fase limita-se a analisar a admissibilidade do fato delituoso. Neste sentido, o STJ:

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECISÃO DE PRONÚNCIA FUNDAMENTADA EM PROVAS COLHIDAS NO INQUÉRITO POLICIAL. POSSIBILIDADE. 1. O juízo de pronúncia limita-se à admissibilidade do fato delituoso, sem manifesta procedência da pretensão punitiva, cuja competência constitucional é conferida ao Tribunal do Júri. 2. Diante disso, é possível a pronúncia ser fundamentada em provas colhidas na fase inquisitorial. 3. Ordem denegada. (STJ - HC: 113754 SP 2008/0182293-2, Relator: Ministro ADILSON VIEIRA MACABU (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ), Data de Julgamento: 06/12/2011, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/02/2012)

Destarte, não houve qualquer violação ao antigo art. 413, do CPP, visto que o magistrado sentenciante, de modo fundamentado, pronunciou o acusado, restando convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria.

Na fase processual da pronúncia, vigora o princípio do *in dubio pro societate*, no sentido de que eventuais incertezas propiciadas pela



339

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

prova se resolvem em favor da sociedade, as quais somente serão afastadas quando do julgamento do feito pelo Tribunal do Júri. Nesse sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ESPECIAL. JÚRI. PRONÚNCIA. INDÍCIOS DE AUTORIA. CONFIGURAÇÃO. IN DUBIO PRO SOCIETATE. PLEITO DE DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO. INVIABILIDADE NA VIA ELEITA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 07 DESTA CORTE.

I - Na fase da pronúncia (iudicium accusationis), reconhecida a materialidade do delito, qualquer questionamento ou ambigüidade faz incidir a regra do brocardo "in dubio pro societate".

II - No caso, evidenciada na decisão de pronúncia, assim como no v. acórdão que a confirmou, a presença de indícios de autoria, a submissão do acusado a julgamento pelo Tribunal Popular é medida que se impõe.

III - A verificação de ocorrência de desistência voluntária, no presente caso, esbarra no óbice decorrente da incidência da Súmula 07 desta Corte.

Recurso parcialmente conhecido e, nesta parte, desprovido. (STJ, REsp 876623 / RN, 5ª Turma, Rel. Min. FELIX FISCHER, DJ de 19.03.2007, p. 392, destaques acrescidos)

PENAL. PROCESSUAL PENAL. OCULTAÇÃO DE CADÁVER. RECURSO ESPECIAL. **ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. FASE DE PRONÚNCIA. IMPOSSIBILIDADE. MERO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA ACUSAÇÃO. IN DUBIO PRO SOCIETATE. DESNECESSIDADE DE EXAME EXAURIENTE.** SÚMULA 07 STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Réu pronunciado como incurso nos delitos de homicídio qualificado e ocultação de cadáver. 2. Recurso especial com pedido de absolvição sumária quanto à imputação do crime de ocultação de cadáver. Questão inteiramente fática. Impossibilidade de análise em sede especial. Aplicação do enunciado da Súmula 07, desta Corte. 3. Não ficaram provadas quaisquer das hipóteses previstas no rol taxativo do art. 415, CPP, quais sejam inexistência do fato ou de o réu não ter sido o autor da ocultação nem de o fato não constituir crime tampouco houve prova de isenção de pena ou exclusão de crime. 4. Recurso Especial conhecido e desprovido. (STJ - REsp: 1195335 SE 2010/0087372-1,



340

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

Relator: Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), Data de Julgamento: 28/09/2010, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/10/2010, destaques acrescidos).

EMENTA Penal. Processual Penal. Procedimento dos crimes da competência do Júri. Idicium accusationis. In dubio pro societate. Sentença de pronúncia. Instrução probatória. Juízo competente para julgar os crimes dolosos contra a vida. Presunção de inocência. Precedentes da Suprema Corte. 1. No procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri, a decisão judicial proferida ao fim da fase de instrução deve estar fundada no exame das provas presentes nos autos. 2. Para a prolação da sentença de pronúncia, não se exige um acervo probatório capaz de subsidiar um juízo de certeza a respeito da autoria do crime. Exige-se prova da materialidade do delito, mas basta, nos termos do artigo 408 do Código de Processo Penal, que haja indícios de sua autoria. 3. A aplicação do brocardo in dubio pro societate, pautada nesse juízo de probabilidade da autoria, destina-se, em última análise, a preservar a competência constitucionalmente reservada ao Tribunal do Júri. 4. Considerando, portanto, que a sentença de pronúncia submete a causa ao seu Juiz natural e pressupõe, necessariamente, a valoração dos elementos de prova dos autos, não há como sustentar que o aforismo in dubio pro societate consubstancie violação do princípio da presunção de inocência. 5. A ofensa que se alega aos artigos 5º, incisos XXXV e LIV, e 93, inciso IX, da Constituição Federal (princípios da inafastabilidade da jurisdição, do devido processo legal e da motivação das decisões judiciais) se existisse, seria reflexa ou indireta e, por isso, não tem passagem no recurso extraordinário. 6. A alegação de que a prova testemunhal teria sido cooptada pela assistência da acusação esbarra na Súmula nº 279/STF. 7. Recurso extraordinário a que se nega provimento. (STF - RE: 540999 SP, Relator: Min. MENEZES DIREITO, Data de Julgamento: 22/04/2008, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-112 DIVULG 19-06-2008 PUBLIC 20-06-2008 EMENT VOL-02324-06 PP-01139 LEXSTF v. 30, n. 360, 2008, p. 484-500, destaques acrescidos).

RESP - PRONÚNCIA QUE ADMITE O HOMICÍDIO QUALIFICADO, TAL COMO DISPOSTO NA DENÚNCIA - TRIBUNAL QUE EXCLUIU UMA DELAS - QUEBRA DO PRINCÍPIO DO - "IN DUBIO PRO SOCIETATE" -,



341

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

APLICÁVEL NESSA FASE. 1. Na fase da pronúncia, segundo doutrina e jurisprudência, havendo dúvida, resolve-se a mesma pelo princípio do "in dubio pro societate". 2. Só mesmo em casos especialíssimos, quando a qualificadora ficar claramente afastada, posto que sem qualquer apoio nos autos, é que se deve subtrai-la do seu juízo natural, o Tribunal Popular, circunstância inobservada no caso em tela. 3. Recurso conhecido e provido. (STJ - REsp: 152988 GO 1997/0076218-1, Relator: Ministro ANSELMO SANTIAGO, Data de Julgamento: 24/11/1998, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJ 18.12.1998 p. 422)

Assim, tem-se que a sentença de pronúncia não merece qualquer reforma, porquanto preencheu os requisitos exigidos pela lei, além de se encontrar devidamente fundamentada, inclusive quanto às qualificadoras.

Diante do exposto, **com base na manifestação da Procuradoria de Justiça**, voto no sentido de **negar provimento ao recurso**.

Recife, 16 de JUNHO de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator